

prefeitura@pmtcoroas.com.br www.pmtcoroas.com.br



PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 3.584, de 30 de Novembro de 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TRÊS COROAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

ORLANDO TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Três Coroas, no uso das atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e sanciona e promulga a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

 $I-o\ \ Orçamento\ \ Fiscal,\ referente\ aos\ \ Poderes\ do\ \ Município,\ seus$ fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta;

 $\mbox{II} - \mbox{o} \mbox{ Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e}$ órgãos da Administração Direta.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Página 1 de 6



prefeitura@pmtcoroas.com.br www.pmtcoroas.com.br

Seção I Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 76.713.059,58 (Setenta e Seis Milhões, Setecentos e Treze Mil, Cinquenta e Nove Reais e Cinquenta e Oito Centavos).

Art. 3º A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES		79.732.017,24
Receita Tributária	8.148.000,00	
Receita de Contribuições	3.392.800,00	
Receita Patrimonial	7.435.300,00	
Receita de Serviços	1.285.700,00	
Transferências Correntes	59.227.917,24	
Outras Receitas Correntes	242.300,00	
REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		3.698.450,00
Rec. de Contribuições Intra-Orçamentárias	3.698.450,00	
RECEITAS DE CAPITAL		0,00
Alienação de Bens	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	
Transferências de Capital	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	
DEDUÇÕES DA RECEITA		6.717.407,58
(-) Dedução para o FUNDEB	6.717.407,58	
TOTAL GERAL		76.713.059,66

Página 2 de 6



prefeitura@pmtcoroas.com.br www.pmtcoroas.com.br

Seção II Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 76.713.059,58 (Setenta e Seis Milhões, Setecentos e Treze Mil, Cinquenta e Nove Reais e Cinquenta e Oito Centavos).

Art. 5° A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES		58.741.882,47
Pessoal e Encargos Sociais	35.058.000,00	
Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	
Outras Despesas Correntes	23.673.882,47	
DESP. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		3.698.450,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.698.450,00	
DESPESAS DE CAPITAL	3324950	3.334.950,00
Investimentos	3.324.950,00	
Amortização da Dívida	10.000,00	
RESERVAS		10.937.777,11
Reserva de Contingência e Reserva do RPPS	S 10.937.777,11	ĺ
TOTAL GERAL		76.713.059,58

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 3.695/2.017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2018, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Página 3 de 6



prefeitura@pmtcoroas.com.br www.pmtcoroas.com.br

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 50 por cento da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- a) anulação parcial ou total de suas dotações;
- b) incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
 - c) excesso de arrecadação.

. II — Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 50 por cento de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação parcial ou total de suas dotações.

Art. 8° Os limites autorizados no artigo 7º não serão onerados quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 —
Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais,
amortização, juros e encargos da dívida;

Página 4 de 6



prefeitura@pmtcoroas.com.br www.pmtcoroas.com.br

III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

Parágrafo único: As disposições dos incisos II e III não se aplicam ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 15 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

Art.10 Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 11 Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 12 O Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, e nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 13 Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos. I e III do art. 2º da Lei Municipal Nº 3.695/2.017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo.

Página 5 de 6



prefeitura@pmtcoroas.com.br www.pmtcoroas.com.br

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Coroas, 30 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

ORLANDO TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

Prefeito Municipal de Três Coroas

Roseli Weiler Finza

Secretária Municipal da Administração